

DIVERSIDADE CULTURAL NO PLANO ESTADUAL DE CULTURA DA BAHIA

Kátia Costa¹
Plínio Rattes²

Resumo: O presente artigo traz uma análise sobre como o tema da diversidade cultural está tratado no âmbito do Plano Estadual de Cultura da Bahia e, conseqüentemente, nas políticas públicas de cultura empreendidas no Estado desde a aprovação do Plano, em 2014. Primeiramente, no entanto, discutimos sobre conceitos centrais para esta reflexão, tais como cultura, diversidade cultural, cidadania e participação social. Em seguida, realizamos uma descrição do Plano e das políticas, programas e ações mais significativas realizadas pelo poder público, tendo como recorte temporal o último quadriênio (2014-2018). Por fim, analisamos se e como o Plano dialogou com a diversidade cultural.

Palavras-chave: Diversidade cultural, Plano Estadual de Cultura, Políticas Públicas.

Cultura, Diversidade cultural e Participação social

Termos como ‘cultura’ e ‘diversidade cultural’ tomaram outra dimensão a partir de 2003, quando o estado brasileiro, tendo à frente o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 / 2007-2010), passa a compreender a cultura como algo que vai “muito além do âmbito restrito e restritivo das concepções acadêmicas, ou dos ritos e da liturgia de uma suposta ‘classe artística e intelectual’”, como afirmou Gilberto Gil, em seu discurso de posse, em 2003³. A cultura passa a ser entendida como um conjunto de signos diversos, que apresentam modos diferenciados de se manifestar, além do reconhecimento das suas capacidades de sustentabilidade e de geração de riquezas.

O governo, tendo no Ministério da Cultura (MinC) seu protagonista, alarga, assim, o entendimento de cultura para além da esfera das artes e do patrimônio, e passa a pensar e planejar suas políticas públicas tendo como horizonte uma compreensão antropológica do termo. E não apenas isso – na perspectiva de potencializar o caráter transversal que é inerente à cultura, o Ministério realoca a discussão em torno das políticas públicas de cultura em outro patamar dentro do governo e da sociedade.

¹ Mestra em Cultura e Sociedade (IHAC/UFBA). Especialista em Gestão Cultural (Itaú Cultura e Universidade de Girona). Pesquisadora do Observatório da Diversidade Cultural. Consultora na área de elaboração de planos municipais de cultura. E-mail: katiacosta.cult@gmail.com

² Doutorando e Mestre em Cultura e Sociedade (IHAC/UFBA). Pesquisador do Observatório da Diversidade Cultural. Gestor cultural do Sesc Bahia. E-mail: pliniorattes@gmail.com

³ Cf. GIL, Gilberto. Discurso de posse do então ministro Gilberto Gil. A íntegra do discurso pode ser conferida no site da Folha de S. Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u44344.shtml>. Acesso em: abril de 2018.

A cultura passa a compor a agenda das políticas públicas integrando um projeto de governo pautado na diminuição da pobreza, com especial observância a participação social e ao reconhecimento da diversidade social e cultural.

A ruptura nas políticas culturais que se seguiu após Lula assumir o governo em 2003, não foi pacífica. No Brasil, e também na Bahia, as discussões sobre os novos caminhos que a política cultural deveria seguir foram permeadas de tensões e conflitos, como é próprio da cultura, assim como do campo das políticas públicas. Vale destacar ainda que, apesar dos avanços, houve muitas instabilidades e descontinuidades ao longo das diversas gestões que estiveram à frente das pastas de cultura nos governos federal e estadual.

A centralidade da cultura e suas diversas possibilidades de usos e dimensões é um tema presente nas discussões em todo o mundo contemporâneo. Ganhou força no pós-guerra, na década de 1950, e consolidou-se na agenda internacional a partir de organismos multinacionais que discutem a questão da cultura e sua relação com temas como direitos humanos, diversidade, desenvolvimento, sustentabilidade, democracia participativa e paz. Exemplos disso, apenas para citar alguns, são os documentos da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2001), a Agenda 21 da Cultura (CGLU, 2004) e a Convenção da Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (UNESCO, 2005). Esses e muitos outros documentos internacionais reiteram os diferentes papéis que a cultura desempenha na sociedade e apontam a importância da formulação e implementação de políticas culturais.

Em relação aos documentos da UNESCO, em que houve, vale registrar, uma importante participação do Brasil, descrevem orientações aos Estados membros sobre a necessidade de se instituir políticas para a diversidade cultural com vistas a garantir o direito à cultura, resguardando suas diferentes formas de produção.

Nesse contexto, inicia-se no país uma série de mudanças na estrutura governamental e o Ministério da Cultura assume a responsabilidade de formular políticas para o setor que pudesse congrega a ideia de cultura e diversidade cultural que se passou a adotar, contribuindo para o desenvolvimento do país e criando oportunidades, com vista a promover uma organização do campo que provocasse o seu potencial produtivo, tornando-a de fato um componente fundamental para o projeto de transformação que se desenhava para o Brasil.

Nessa perspectiva, foi criado o Sistema Nacional de Cultura (SNC), composto por elementos constitutivos que demarcam uma atuação governamental democrática e comprometida com o desenvolvimento mais integrado e transversal. O SNC “é um processo

de gestão e promoção das políticas públicas de cultura, em regime de colaboração de forma democrática e participativa entre os três entes federados (União, estados e municípios) e a sociedade civil” (BRASIL, s/d). Cumprindo a proposta daquele projeto de país, instalado em 2003, o SNC é uma peça chave para a promoção do desenvolvimento humano, social, econômico e cultural na medida em que institucionaliza garantias para o pleno exercício dos direitos culturais.

O processo de institucionalização do campo cultural, apoiado no SNC visa consolidar uma política de cultura, integrando os entes federados com ampla participação social. O SNC propõe um pacto entre federação, estados e municípios, no qual possam fortalecer as relações intergovernamentais, adotando um processo participativo de modo a promover um campo com maior estabilidade e que possa resistir às variáveis ocorridas em função das alternâncias de poder. Dessa forma, se pretende consolidar uma política pública de cultura de Estado e não de governos e assim assegurar a efetivação dos direitos culturais.

O SNC se apresenta como uma oportunidade para se pensar e desenvolver políticas públicas para o setor cultural nas três esferas de governo, considerando a importância da organização institucional e os distintos contextos. Ao longo dos últimos anos, estados e municípios vêm compondo seus sistemas, a partir de orientações postas pelo MinC. São cinco os elementos que compõem o sistema: 1. Órgão de Cultura, 2. Sistema de Financiamento à Cultura, com obrigatoriedade para o Fundo de Cultura, 3. o Plano de Cultura, 4. Conferências e 5. Conselhos de Política Cultura.

Dos elementos destacados, o objeto de análise dessa reflexão é o Plano de Cultura, especificamente o Estado da Bahia, que assim como o Plano Nacional e Municipais, são norteadores das políticas públicas de cultura e que exigem para a sua formulação um processo de construção compartilhada com a sociedade civil, no qual é um agente fundamental. A implantação de uma política de desenvolvimento que vise, sobretudo, transformar realidades se constitui como um exercício de cidadania que se constrói diariamente. A combinação de diálogos e o modo como os conflitos são enfrentados dão sustentação para o sucesso do projeto em questão. A sociedade por sua vez revela-se como o espaço da diferença e esta deve ser entendido como um aspecto positivo para o desenvolvimento. Para Cuéllar

O desafio da democratização reside na capacidade de combinar mudanças institucionais formais com a generalização das práticas democráticas e com o fortalecimento da cultura da cidadania. (CUÉLLAR, 1997:127)

Ponderar sobre participação social nas políticas públicas é, sobretudo, refletir acerca do exercício da democracia, em como torná-la um processo ativo e dinâmico na vida pública do país e, também, intrínseco às nossas ações mais cotidianas.

Nesse íterim, é preciso destacar também o papel fundamental das administrações municipais para o êxito de um modelo de democracia mais participativa, uma vez que o cidadão vive na cidade e é nela que se relaciona socialmente e constrói sua vida. Assim, as prefeituras municipais devem criar instrumentos para que o exercício da cidadania não esteja limitado ao direito de votar e ser votado, dando aos munícipes condições de colaborar na construção do espaço público.

As bases para práticas participativas nas políticas públicas estão alicerçadas e garantidas pela Constituição Federal de 1988. Nela estão previstos plebiscitos, referendos e projetos de lei de iniciativa popular (BRASIL, 2015, art. 14, incisos I, II e III; art. 27, parágrafo 4º; art. 29. Incisos XII e XIII), participação na gestão das políticas de seguridade social (BRASIL, 2015, art. 194), de assistência social (BRASIL, 2015, art. 204) ou dos programas de assistência à saúde da criança e do adolescente (BRASIL, 2015, art. 227) (MEDEIROS, 2014).

A gestão democrática é um preceito da democracia participativa que considera a participação direta da sociedade na formulação de políticas públicas e nos atos da administração pública como ato significativo e fundamental. A partir de uma gestão democrática ou participativa objetiva-se articular e envolver a população e associações representativas de vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e implementação de políticas públicas.

Por gestão democrática podemos entender uma relação que se estabelece entre Governo e Sociedade, entre a Administração Pública e a população, construída com base na Democracia Participativa e na cidadania, assegurando o Controle Social, valorizando o papel da sociedade civil como co-gestora da coisa pública, colocando em prática o princípio basilar da Democracia (governo do povo) e Constitucional de soberania popular. Um modelo de gestão que promove uma maior horizontalização das relações de poder (MEDEIROS, 2014, s.p.)

O resultado de um processo mais democrático, naturalmente leva um tempo maior de duração e maturação, uma vez que é necessário compartilhar com uma determinada comunidade os diferentes problemas e possíveis soluções que desafiam a gestão pública. Construir junto é sempre mais difícil, afinal, é preciso negociar com os mais diversos interesses e entendimentos sobre determinada questão. Assim, nesse processo, verifica-se que

há uma intensa disputa de poder dos mais diversos atores que compõem a sociedade, e é nesse contexto de disputa que se dão a formulação das políticas públicas.

Esse mesmo entendimento deve ser aplicado à diversidade cultural. Costumeiramente compreendida como um amálgama de culturas em perfeita harmonia, a diversidade cultural é um pouco mais complexa do que isso.

Bernard (2003) defende que a DC não possui um conceito determinado, fechado e por isso é importante compreendê-la a partir de algumas características: (i) A diversidade Cultural tem base no diverso, resultante de um processo de lutas e conflitos; (ii) a DC não é natural, ela surge das condições naturais, mas também de conflitos entre culturas; (iii) ela é dinâmica e não estática; (iv) como foi tratada na Declaração da Unesco, ela deve ser valorizada com distinção as ambiguidades e as condições inerentes à dinâmica intercultural e; (v) não olhar a DC com romantismo e ingenuidade de que ela é sempre boa. Para Bernard,

A diversidade cultural deve deixar seu estatuto habitual de “questão” para ser entendida como uma “resposta”. Na apreciação corrente da diversidade cultural, o movimento das interrogações que ela gera se reduz a pouca coisa: perguntamo-nos sobre o sentido e sobre os limites da diversidade cultural; esforçamo-nos em inventariar as formas; debatemos sobre o desaparecimento dos patrimônios etc. Mas não colocamos no centro da reflexão e da ação que ela suscita a idéia de que ela pretende ser uma resposta: uma resposta política, uma resposta social, uma resposta educativa, e até mesmo uma resposta econômica. A diversidade cultural deve ser percebida simultaneamente como uma questão e como uma resposta: uma questão incessantemente formulada e lancinante sobre o que ela poderia ser, e uma resposta que, sem cessar, encontra, inventa e *se encontra*. (BERNARD, 2003)

Nessa perspectiva, entendemos que DC se constitui como um projeto político, “um campo complexo, indispensável à vida coletiva, referente simbólico e político obrigatório quando se tem em mente a transformação social” (BARROS, 2009, p. 61), no qual se congregam visões e percepções de mundo diferenciadas, onde a sociedade civil é entendida como “um lugar político obrigatório de tensões e convergências” (idem, ibidem, p. 61). Nessa perspectiva, refletir sobre a Diversidade Cultural é também entender que o espaço de disputa política é o espaço da participação social, onde os distintos atores atuam e enfrentam suas diferenças e seus conflitos, que é inerente ao diverso, ao plural e ganha robustez na medida em que se torna público ou um objeto de disputa quando da construção de instrumentos que vem em função do seu reconhecimento e da sua promoção (COSTA, 2017).

Para uma política cultural pública a discussão sobre a diversidade cultural é prioritária e requer disposição para o diálogo e compreensão sobre o que representa a diversidade

cultural, ou seja, compreendê-la como um projeto político e não apenas um conjunto de padrões estéticos.

Políticas públicas de cultura na Bahia

Embora reconhecida nacional e internacionalmente por conta de seus bens culturais e simbólicos, a Bahia, no campo das políticas públicas, veio a ter uma secretaria específica para gerir a cultura no Estado apenas em 1987, no governo Waldir Pires.

Entre o final da década de 1980 até 2014, a secretaria passou por vários estágios e situações: 1. Extinta em 1991 pelo governador eleito, Antônio Carlos Magalhães (1991-1994), a pasta cultura foi associada à Secretaria de Educação; 2. Em 1995, com a eleição de Paulo Souto (1995-1998 e 1999-2002), aliado carlista, é criada a Secretaria de Cultura e Turismo (SCT), que assim permanece até 2006; 3. Em 2007, com o início de uma gestão de oposição ao grupo do governo anterior que permanecera no poder ininterruptamente desde 1991, é recriada a Secretaria de Cultura (SecultBA), como pasta autônoma, pelo governador Jaques Wagner (2007-2010 e 2011-2014) e mantida pelo seu sucessor, Rui Costa (2015-2018).

Considerada gestão de continuidade, a SecultBA passou por altos e baixos nos três últimos quadriênios (2007-2010, 2011-2014 e 2015-2018). Com a entrada de um partido progressista, o Partido dos Trabalhadores (PT), em 2007, o mesmo que já havia assumido o executivo no plano nacional quatro anos antes e garantido a reeleição, mudanças conceituais e ideológicas começaram a se configurar no estado na área cultural. A nova gestão altera o modelo até então vigente, no qual as políticas culturais eram desenvolvidas sob o prisma da economia do turismo, submissão que conduziu a um estreitamento da concepção de cultura e a uma limitada atuação do Governo do Estado nesse campo. Alinhada às diretrizes da esfera nacional, a recém-criada Secretaria de Cultura passa então a desenvolver um trabalho pautado na descentralização, na participação e na territorialização de sua atuação⁴.

Nos dois períodos de gestão de Wagner, apesar das diferenças entre uma e outra, a SecultBA se destacou principalmente em duas frentes. Primeiro, na construção e implementação de mecanismos de escuta junto à população, na tentativa de identificar demandas da sociedade em relação ao campo cultural, bem como no estímulo a uma maior e cada vez mais qualificada participação social nas decisões políticas. Como exemplos de iniciativas importantes nesse sentido, podem ser citados os colegiados setoriais de artes, as

⁴ Cf. SecultBA. Disponível em: <www.cultura.ba.gov.br>. Acesso em: abril de 2018.

conferências de cultura, a criação do Fórum de Dirigentes Municipais, as caravanas da SecultBA e FUNCEB, entre outras. Em segundo lugar, com ações que visavam a descentralização de recursos e a territorialização da cultura, ou seja, desenvolver políticas culturais para todo o estado e não apenas com foco em Salvador e Recôncavo, como era priorizado anteriormente. Destacam-se, nessa perspectiva, a destinação exclusiva, a partir de 2007, dos recursos do Fundo de Cultura para apoio a projetos da sociedade civil. Vale registrar ainda a adoção de linhas de fomento mais democráticas, a exemplo de editais de cultura, que passaram a estabelecer cotas específicas ou percentuais para projetos originários dos diversos Territórios e artistas/grupos/instituições culturais do interior (RATTES, 2017).

Entre as políticas estruturantes, destacam-se a aprovação, em 2011, da Lei Orgânica da Cultura, que cria o Sistema Estadual de Cultura e democratiza o Conselho Estadual de Cultura; e em 2014, ao final do segundo mandato, do Plano Estadual de Cultura, que ficou, por sua vez, para ser organizado, a partir do estabelecimento de metas e regimentos, e implantado a partir da gestão seguinte.

Com o término dos oito anos da gestão Wagner, Rui Costa (PT) assume o governo e mantém a mesma estrutura da SecultBA e com o discurso de continuidade das diretrizes estabelecidas em 2007. No entanto, houve certa estagnação e fragilidade nas atividades desenvolvidas pela Secretaria; maior ingerência partidária na indicação de cargos comissionados; sensação de paralisia e, até mesmo, de desmonte dos canais de diálogo e participação social, tão estimulados nas gestões anteriores. Exemplo disso foi o adiamento para 2017 da realização da VI Conferência Estadual de Cultura, prevista para o ano de 2015, sob a justificativa de dificuldades orçamentárias. A conferência terminou por não ser realizada em 2017⁵.

Plano Estadual de Cultura da Bahia

O Plano Estadual de Cultura da Bahia, Lei nº 13.193 de novembro de 2014, foi elaborado em consonância com a Lei Orgânica da Cultura, Lei nº 12.365, de 30 de novembro de 2011, e é composto por princípios, objetivos, capítulos, estratégias e ações.

No que tange aos princípios, o plano apresenta doze pontos, que de forma geral, reverberam a ideia da cultura como um direito fundamental do indivíduo e defendem a

⁵ Cf. SecultBA. Comunicado: VI Conferência Estadual de Cultura, 13/08/2015. Disponível em: <<http://www2.cultura.ba.gov.br/2015/08/13/comunicado-vi-conferencia-estadual-de-cultura>>. Acesso em: 15 de outubro de 2016.

valorização da diversidade cultural, conforme expresso no item IV, “valorização da identidade, da diversidade, da interculturalidade e da pluralidade”.

Nos objetivos estão listados dezenove pontos dentre os quais está “I - valorizar e promover a diversidade artística e cultural da Bahia”. No que diz respeito aos capítulos, estão expressos sete, conforme quadro abaixo, sendo o capítulo III destinado à questão da diversidade.

Quadro I - Plano Estadual de Cultura da Bahia Capítulos	
Capítulo I	Do estado e da participação social: fortalecer a institucionalidade da cultura e a participação da comunidade e da sociedade civil
Capítulo II	Do fomento: ampliar o investimento em cultura e aperfeiçoar os mecanismos de financiamento
Capítulo III	Da diversidade: reconhecer, valorizar, proteger e promover as expressões culturais
Capítulo IV	Do acesso: universalizar o acesso à cultura
Capítulo V	Da economia da cultura: ampliar a participação da cultura no desenvolvimento da Bahia
Capítulo V	Da formação: ampliar e qualificar a formação em cultura
Capítulo VII	Da transversalidade: fomentar a articulação da Cultura com outras áreas

Fonte: Elaborado pelos autores com base no PEC-Bahia.

No que concerne ao capítulo III, o plano apresenta duas estratégias com três ações cada uma delas, conforme quadro abaixo.

Quadro II - Capítulos III - Da diversidade: reconhecer, valorizar, proteger e promover as expressões culturais	
Estratégias	Ações
3.1 Promoção por meio de políticas de formação, pesquisa e difusão, estímulo à produção e circulação, formação de acervos e repertórios.	3.1.1 Criar políticas de apoio, reconhecimento e transmissão dos saberes e fazeres das culturas.
	3.1.2 Apoiar o mapeamento, documentação e preservação de sítios de valor simbólico e histórico.
	3.1.3 Mapear, preservar, restaurar e difundir os acervos históricos e culturais.
3.2 Ampliação da circulação da produção cultural e dinamização das políticas de intercâmbio e difusão das culturas no Estado da Bahia, no país e no exterior.	3.2.1 Fomentar projetos e ações de promoção da diversidade cultural da Bahia.
	3.2.2 Fomentar atividades de intercâmbio interterritorial, interestadual, internacional e residências culturais de estudantes e profissionais da cultura em instituições estaduais, nacionais e estrangeiras.

	3.2.3 Articular órgãos e políticas de cultura e relações exteriores para constituir e aprofundar programas com outras nações.
--	---

Fonte: Elaborado pelos autores com base no PEC-Bahia.

Diferentemente do MinC, que disponibiliza um acompanhamento *pari passu* do cumprimento do PNC, a SecultBA não faz uso desse expediente. Porém, a partir da análise de algumas políticas, programas e políticas, é possível notar a intenção em cumprir algumas diretrizes previstas no Plano Estadual de Cultura. Assim, a análise aqui proposta se debruça em identificar em algumas iniciativas capitaneadas pela SecultBA pontos de convergência com o PEC, sobretudo, no que diz respeito às ações previstas nas estratégias relacionadas ao Capítulo III, referente à diversidade cultural. Tomaremos como base para esta avaliação documentos publicados no sítio da secretaria, a exemplo de relatórios e matérias jornalísticas (estas últimas publicadas pelo setor de comunicação do órgão de cultura).

Para tanto, selecionamos três iniciativas da SecultBA para realizar tal análise: a Legislação cultural do estado, o Bahia Criativa e os Colegiados de gestão participativa dos Espaços Culturais.

Legislação cultural

A legislação cultural do Estado da Bahia (BAHIA, 2018) se apresenta como um marco para a política de cultura e para a garantia de que a diversidade cultural é um aspecto significativo em seu escopo. É composta por instrumentos que estabelecem responsabilidades do Estado e buscam garantir os direitos culturais, resguardando assim um conceito alargado de cultura, no qual a Diversidade Cultural se faz presente. Também contribuem para a regulação das políticas culturais, garantindo ao sujeito (individual ou coletivo) o direito à cultura como direito fundamental.

A Lei Orgânica da Cultura, no artigo segundo, expressa o conceito de cultura a ser adotado pela Bahia, no qual se compreende a cultura como sendo um “conjunto de traços distintivos, materiais e imateriais, intelectuais e afetivos, e as representações simbólicas”. Ao adotar esse conceito, o Estado da Bahia compreende as dimensões da cultura, assim como orienta o MinC: simbólica, cidadã e econômica, ou seja, reconhece os distintos modos com que a cultura se apresenta enquanto portadora de conhecimentos e prática diversas. Reconhece a importância na garantia dos direitos culturais, assegurando aos sujeitos individuais e

coletivos a participação na vida cultural, seja como espectador ou produtor, inclusive como participante politicamente ativo. Reconhece, por fim, que a cultura é um ativo econômico e sustentável, que apresenta diferentes formatos, capazes de contribuir economicamente para o desenvolvimento humano e material.

Além da Lei Orgânica, outros instrumentos normatizados potencializam a cultura como elemento fundamental para o desenvolvimento, mesmo que, no momento atual, observa-se uma diminuição do protagonismo desse órgão frente às ações macro do Estado. O Plano de Cultura, construído de forma participativa, reitera e dá seguimento à estruturação dos Sistemas de Cultura, apesar da ausência das metas, item que quantifica e presume tempo para a realização das ações que as comporão. Sem essa clareza no documento do PEC, a sociedade não dispõe de um dispositivo de acompanhamento temporal em relação à execução e monitoramento. Além disso, não verificamos qualquer instrumento de acompanhamento do PEC no sítio da SecultBA que pudesse proporcionar tal convite ao cidadão.

Além de elemento gerencial importante, as metas permitem o acompanhamento social e político, cuja ausência fragiliza a proposta apresentada, mesmo que, através de relatórios e informes, sejam dados retornos à sociedade. Para que se tenha uma gestão participativa, é fundamental que se desenvolva além do processo de construção, os instrumentos de acompanhamento e avaliação das políticas e que estes estejam cotidianamente à disposição da sociedade, proporcionando o controle social.

Quanto ao Sistema de Financiamento à Cultura, destacamos a Lei do Fundo Estadual de Cultura que, no processo de implementação, foi um instrumento importante para o apoio à diversidade cultural, sendo uma das primeiras ações da SecultBA democratizar o recurso da cultura por todo Estado. Em seguida, conseguiu entender que, para além das questões gerais, era preciso compreender as especificidades postas pela diversidade de expressões, seus contextos e seus modos de produção. Para isso, foram implantados vários mecanismos de fomento, a fim de que esses pudessem atender às demandas culturais com foco nas cadeias produtivas, mas também reconhecessem as demandas dos diferentes agentes, grupos, comunidades e territórios.

O que, de fato, ainda é um problema para uma efetiva execução deste instrumento são os procedimentos administrativos que gerenciam o recurso disponível para essa ação. Os artistas e os produtores sofrem com isso, pois os entraves, muitas vezes, atravessam seus processos de produção e geram desgaste entre o meio cultural e o órgão de cultura, quando não com o próprio Governo do Estado. O que é relevante é que a Bahia é um dos poucos

Estados que conseguem apoiar os municípios baianos com recursos estaduais, além de incentivar projetos nos diferentes formatos da cultura, diretamente ou através das suas vinculadas, mantendo uma seleção de projetos com um nível de transparência satisfatório. Não temos dúvida da relevância do trabalho realizado por aquela Secretaria quanto à disposição de se institucionalizar uma política cultural coerente com a realidade do Estado, contudo são necessários ajustes frequentes, enfrentando a burocracia estatal e acompanhando a dinamicidade da própria cultura.

Bahia Criativa

Como parte da relação entre a União e Estado da Bahia, foi inaugurado o Bahia Criativa, que objetiva apoiar profissionais e empreendedores culturais que atuam, nos chamados setores criativos, proporcionando qualificar a gestão e a sustentabilidade econômica das atividades criativas. Assim como no âmbito federal, o Bahia Criativa carrega em seus princípios a preocupação em compreender e incentivar a produção cultural, reconhecendo a diversidade de expressões culturais como portadores de conhecimento e inovação, contudo o desafio sempre foi construir bases para um desenvolvimento inclusivo e com sustentabilidade. Essa é uma discussão interna, própria do Brasil, pois como sabemos o conceito de diversidade cultural para os países da América Latina não se alinham ao conceito estadunidense, tampouco europeu, onde e apenas leva-se em conta o fator econômico da cultura, com especial atenção a indústria cultural. O conceito adotado para economia criativa é absorvido pela Bahia e,

compreende as dinâmicas de criação, produção, distribuição e consumo/fruição de bens e serviços criativos, oriundos dos setores criativos, cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de um produto, bem ou serviço, cuja dimensão simbólica é determinante do seu valor, resultando em produção e riqueza cultural, econômica e social (BRASIL apud BAHIA, 2014: 21).

Com esse entendimento, algumas linguagens possuem um potencial econômico já estabelecido no mercado cultural, uns mais outros menos, como moda, música, patrimônio material, arquitetura, dentre outros, mas a novidade é a inclusão das expressões culturais, em especial as ancestrais, como as culturas de matrizes africanas, indígenas e populares. Aqui se dá um importante diferencial, que é compreender essas expressões como portadoras de conhecimento e geração de riqueza capaz de se desenvolver e contribuir de forma significativa para um mundo mais humano e sustentável.

Os princípios adotados para a atuação do Bahia Criativa estão relacionados a promover um aprendizado coletivo, ao trabalho em rede e gestão de conhecimento. Acreditamos que esse seja um passo importante para o reconhecimento da diversidade cultural. De acordo com o relatório do Bahia Criativa (2014-2016) as atividades realizadas, todas com foco no desenvolvimento econômico, buscam cobrir demandas de formação e capacitação com base nas fragilidades identificadas como ampliação da oferta de cursos, contribuir para qualificar os setores em organização ou já organizados oferecendo consultorias especializadas e apoiando as relações de parceria, associativismo e cooperação. Além disso, fomenta a divulgação, circulação, distribuição e comercialização de bens e serviços de empreendimentos criativos.

Ainda de acordo com o relatório, todos os territórios de identidade foram contemplados com ações realizadas pelo Bahia Criativa, totalizando 3.339 ações. Esse é um dado interessante, mesmo sabendo que não há um padrão quantitativo de ações entre os territórios, contudo esse dado demonstra a capacidade de articulação da Secretaria para atender os municípios que compõem o Estado. Além disso, outros dados corroboram com a proposta da diversidade cultural, como a participação das mulheres nas atividades realizadas, somando um percentual de 57,5% de uma pesquisa respondida por 159 pesquisados. (BAHIA, 2014-2016; 42)

A ideia não é apresentar um resumo deste relatório, mas apontar o que converge com o discurso da diversidade cultural e nesse sentido as questões relacionadas indica o esforço da gestão pública da cultura na Bahia em atender o espaço complexo da cultura na sua diversidade.

Colegiado de gestão participativa dos espaços culturais

Em relação aos equipamentos culturais, o Plano traz a necessidade de “potencializar os equipamentos e espaços culturais como canais de comunicação e diálogo com os cidadãos, ampliando sua participação na gestão destes equipamentos”, conforme exposto na Estratégia 5, da Diretriz I. Ainda sobre equipamentos de cultura, a estratégia 13, da Diretriz IV, prevê o desenvolvimento e ampliação dos espaços culturais existentes na Bahia, inclusive os da Secretaria de Cultura do Estado, através das seguintes ações: a) ampliar e diversificar as ações de formação e fidelização de público, qualificando a fruição e o contato com as culturas; e b)

promover a disponibilização de repertórios, de acervos, de documentos e de obras de referência⁶.

Em novembro de 2014, a SecultBA publicou em Diário Oficial a Portaria 338/2014, no qual institucionaliza colegiados de gestão participativa no âmbito dos equipamentos culturais. Segundo a Secretaria, esses colegiados são instâncias de controle social para acompanhamento da gestão dos centros de cultura e devem ser instituídos em todos os equipamentos culturais geridos pela SecultBA e suas unidades vinculadas. Em caráter opinativo e consultivo, o objetivo é que os colegiados possam, entre outras coisas, “apoiar e avaliar a gestão do espaço cultural, propor estratégias para a dinamização do mesmo e contribuir para tornar o Centro numa referência na produção e difusão cultural do seu território”⁷.

A portaria define que o colegiado deve ser composto por agentes culturais e representantes de instituições de reconhecida atuação na área cultural, social ou educacional no bairro, cidade e/ou Território de Identidade onde o espaço cultural estiver sediado, com o limite mínimo de 5 (cinco) e máximo de 30 (trinta) membros titulares, a depender das características de cada espaço cultural. Os interessados em participar do colegiado, pessoas físicas ou jurídicas, devem comprovar ao menos um ano de residência fixa em qualquer cidade do território de identidade onde está localizado o espaço cultural e se inscrever através de formulário disponibilizado no site da Secretaria. A seleção dos membros é feita pelo secretário estadual de cultura e os dirigentes das unidades vinculadas, do Conselho Estadual de Cultura e da Associação dos Dirigentes Municipais de Cultura da Bahia.

Segundo informações publicadas no site da Secretaria, até o momento foram instituídos colegiados em apenas oito equipamentos culturais. Embora não haja relatórios oficiais publicados sobre o funcionamento dessas instâncias de participação, é perceptível um certo esvaziamento dessa iniciativa, conforme entrevistas de alguns membros desses colegiados dado ao Boletim do Observatório da Diversidade Cultural (ODC), em 2016.

Juscimare Souza, membro do colegiado do centro de cultura da cidade de Valença, comenta que *“inicialmente houve uma grande adesão por parte da comunidade, tendo-se 16 titulares e 16 suplentes, porém com o decorrer das atividades só aqueles empenhados mesmo com a causa cultural continuou”*. Já Gilson Ramos, representante do colegiado do Centro de Cultura de Alagoinhas, pontuou a dificuldade de os membros de cidades vizinhas

⁶ Informações publicadas no site oficial da SecultBA. Disponível em: <<http://www2.cultura.ba.gov.br/2015/02/24/metas-sobre-plano-estadual-de-cultura-continuam-sob-consulta-publica>>. Acesso em: abril de 2018.

⁷ Cf. Colegiados de gestão participativa. Disponível em: <<https://espacosculturais.files.wordpress.com/2015/08/portaria-colegiados-de-gestc3a3o-participativa.pdf>>. Acesso em: abril de 2018.

participarem das reuniões, em geral, realizadas na cidade sede do equipamento cultural, o que tem dificultado o andamento dos trabalhos. (RATTES, 2016)

Os colegiados de gestão participativa notadamente atendem à estratégia II do capítulo III, que visa a ampliação da circulação da produção cultural e dinamização das políticas de intercâmbio e difusão das culturas no Estado da Bahia, no país e no exterior, na medida em que busca envolver outras vozes, sobretudo, as subalternas, na gestão dos equipamentos culturais do estado, locais propícios às vivências e experiências simbólicas, da produção e difusão dos mais variados bens, produtos e expressões culturais.

Considerações finais

No recorte de iniciativas da SecultBA aqui apresentadas, podemos observar a intenção do governo do estado em cumprir com as determinações do Plano Estadual de Cultura. Porém, a despeito da conjuntura política e econômica atual, no qual verificamos uma estagnação das ações desta mesma Secretaria, notamos que mesmo antes, no período de maior protagonismo e apoio político e financeiro, muitas das políticas empreendidas sofriam com certa incompletude e avanços pouco consistentes. Mesmo com todo o aparato institucional (secretaria autônoma, composta por diversos órgãos e unidades vinculadas; legislação cultural robusta; mecanismos de participação social instituídos: conselhos, colegiados; etc) e, sobretudo, sendo considerada uma gestão de continuidade, chegamos em 2018 com uma Secretaria agonizando, com importantes programas e projetos paralisados e/ou descontinuados.

Diante do panorama exposto, consideramos que é necessário que a Secretaria de Cultura reassuma o seu protagonismo institucional. Acreditamos que o desafio maior foi implantar um Órgão de Cultura que conseguiu em doze anos de existência construir um lastro político - institucional capaz de atender a cultura em suas distintas formas de expressão, mas que num processo de mudança de percepções de gestão não atingiu alguns dos objetivos propostos inicialmente e que, por isso, não consegue avançar com maior aprofundamento em prol das políticas públicas de cultura, da participação social e da diversidade cultural. Acreditamos ainda que pelos avanços obtidos, é preciso renovar os esforços para fortalecer e promover a continuidade ao que está posto nos documentos aqui discutidos. Foram dados passos largos para uma compreensão sobre a diversidade cultural, agora o trabalho intensificado dos programas, ações e projetos darão efetividade a política de cultura, como

Política de Estado que legitimará a diversidade cultural como propulsora do desenvolvimento no Estado da Bahia.

Referências bibliográficas

BAHIA, Secretaria de Cultura do Estado. Legislação Cultural. 2018. Disponível em <<http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=78>>.

BAHIA, Governo do Estado. Bahia Criativa : diretrizes e iniciativas para o desenvolvimento da economia criativa na Bahia. Salvador, 2014.

BAHIA, Secretaria de Cultura do Estado da. Escritório Bahia Criativa. Balanço das Ações 2014 - 2016. Disponível em: <<http://www.bahiacriativa.ba.gov.br/wp-content/uploads/2017/12/Bahia-Criativa-Balan%C3%A7o-das-a%C3%A7%C3%B5es-2014-2016.pdf>>. Acesso em: 29.04.2018

BARROS, José Márcio. Processos (Trans) Formativos e a Gestão da Diversidade Cultural. In: CALABRE, Lia (org.). **Políticas Culturais**: reflexões sobre gestão, processos participativos e desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009. p. 60-69.

BERNARD, François de. Diversidade Cultural. Grupo de Estudos sobre a Globalização. 2003 Disponível em: <<http://www.mondialisations.org/php/public/art.php?id=26608&lan=PO>>. Acesso em 29.04.2018.

BRASIL. MinC. Plano Nacional de Cultura (PNC). Acompanhamento das metas. Disponível em: <<http://pnc.culturadigital.br/metas>>. Acesso em: 17 out. 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <<http://bit.ly/1bIJ9XW>>. Acesso em: abril de 2018.

BRASIL. Ministério da Cultura do. Sistema Nacional de Cultura. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/sistema-nacional-de-cultura>>. Acesso em 29.04.2018

COSTA, Kátia Maria de Souza. A Diversidade Cultural no Projeto de Apoio e Assistência Técnica à Elaboração de Planos Municipais de Cultura. Dissertação de Mestrado. Salvador: IHAC/UFBA, 2017. Disponível em <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/25526>>.

CUÉLLAR, Javier Pérez de.(org.) Nossa Diversidade Criadora: Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. Campinas, São Paulo. Papirus, Brasília: Unesco, 1997.

MEDEIROS, Alexsandro. Democracia Participativa. 2014. Disponível em <<https://www.sabedoriapolitica.com.br/ciber-democracia/democracia-participativa/>>. Acessado em abril de 2018

RATTES, Plínio. Políticas e gestão de equipamentos culturais da cidade de Salvador-Ba: A perspectiva dos gestores. 184f. Dissertação (Mestrado) Salvador: Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Universidade Federal da Bahia, 2017.

RATTES, Plínio. Colegiados de Gestão Participativa no âmbito dos equipamentos culturais: algumas reflexões. Boletim do Observatório da Diversidade Cultural, v. 61, p. 28-32, 2016.